



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Saúde e Saneamento		
Reunião: 12ª Ordinária	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 19ª
Data: 28/4/21		
Horário de início: 13h3min		Horário de encerramento: 15h53min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência remota do vereador Dr. Célio Frois e com a presença, também remota, dos vereadores Léo, José Ferreira e Cláudio do Mundo Novo, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

O presidente registou a presença remota do vereador Irlan Melo e da vereadora Professora Marli, que não integram esta comissão.

Foi aprovada, por unanimidade, a inversão da pauta, que foi apreciada da seguinte forma:

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 9ª e da 11ª reuniões ordinárias, realizadas em 31/3 e 14/4/21, respectivamente.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 355/21 - pedido de informação ao Poder Executivo com a finalidade de “obter informações sobre o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quantitativo de animais eutanasiados nos anos de 2019 e 2020 diagnosticados com leishmaniose”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

Aprovado, por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 356/21 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil com a finalidade de “obter informações sobre a previsão de realização de diagnóstico psicológico por meio de questionários e entrevistas com objetivo de pesquisar e mapear os impactos psicológicos do enfrentamento à covid-19 em profissionais da saúde e trabalhadores da área da saúde da Prefeitura de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

Aprovado, por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 366/21 - realização de audiência pública com a finalidade de “debater sobre a construção do Novo Centro de Saúde no Bairro Havaí, em especial da entrada principal do referido local”, no dia 12/5/21, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Irlan Melo.

Discutiram o requerimento de comissão os vereadores Cláudio do Mundo Novo e Irlan Melo.

Aprovado, por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 380/21 - pedido de informação ao secretário municipal de Obras e Infraestrutura - Smobi, Josué Costa Valadão, com a finalidade de “obter as seguintes informações referentes ao Centro de Saúde Santa Cecília, no qual está sendo realizada uma obra de manutenção, adequação e conservação: - Quais os serviços serão executados? - Qual o valor total da obra? - Qual a previsão de término?”. Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

Aprovado por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5) Requerimento de Comissão nº 381/21 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil com a finalidade de “obter informações sobre as seguintes demandas: 1. Foi realizado estudo de esgotamento sanitário na Rua Córrego Capão da Posse? 2. Foi realizado estudo de escoamento pluvial da mencionada via? 3. Há previsão de aumento de captação do volume de águas pluviais por meio de bocas de lobo? 4. Qual a previsão de interligação dos esgotos das residências do mencionado logradouro à rede central da COPASA? 5. Por que foi recapeada a via em 13/04/2021, sem atender aos pedidos dos moradores que clamam pela atenção primária do Poder Público?”. Autoria: vereador Wilsinho da Tabu.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 388/21 - pedido de informação ao secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, com a finalidade de “obter informações sobre a vacinação dos profissionais da área da saúde. Por que os profissionais de Educação física não são contemplados nos grupos prioritários elencados para a vacinação? Qual a data prevista para a vacinação dos profissionais de Educação física?”. Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

Aprovado por unanimidade.

7) Requerimento de Comissão nº 391/21 - realização de audiência pública com a finalidade de “discutir os impactos das ondas não ionizantes emitidas pelas antenas de telefonia celular na saúde das pessoas”, no dia 5/5/21, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Léo.

Discutiram o requerimento de comissão os vereadores José Ferreira e Léo.

Aprovado por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

8) Requerimento de Comissão nº 392/21 - realização de audiência pública com a finalidade de “discutir sobre a possibilidade de criação de um protocolo específico para eventos sociais de pequeno porte, diante da pandemia da Covid-19”, no dia 19/5/21, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Professor Juliano Lopes.

Rejeitado, com abstenção do presidente e do vereador Léo.

Registrou-se a presença remota do vereador Bim da Ambulância.

9) Requerimento de Comissão nº 393/21 - alteração da lista de convidados de audiência pública vinculada ao Requerimento de Comissão nº 391/21, que tem por finalidade “discutir os impactos das ondas não ionizantes emitidas pelas antenas de telefonia celular na saúde das pessoas”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves.

Aprovado por unanimidade.

10) Requerimento de Comissão nº 394/21 - pedido de informação ao secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, com a finalidade de “obter informações sobre a garantia do direito a saúde dos usuários do Centro de Saúde Marivanda Baleeiro, localizado no bairro Paulo VI, na regional nordeste de Belo Horizonte. Requer que seja informado: 1) Quais procedimentos foram adotados pela Prefeitura para a construção da decisão tomada em conjunto com os órgãos de gestão democrática, como a Comissão Local de Saúde, o Conselho Distrital de Saúde da regional Nordeste e o Conselho Municipal de Saúde? 2) Quais análises embasam a tomada da decisão de fechamento do Centro de Saúde Marivanda Baleeiro, especialmente no que diz respeito a sobrecarga das áreas de abrangência dos demais Centros de Saúde locais e o acesso dos moradores aos serviços de saúde em novas unidades. 3) Qual o planejamento para não gerar prejuízos de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

acesso dos moradores aos serviços de saúde locais?”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves.

Aprovado por unanimidade.

11) Requerimento de Comissão nº 395/21 - apresentação de Indicação ao secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, com a finalidade de “sugerir medidas de garantia do direito à saúde dos usuários do Centro de Saúde Marivanda Baleeiro, localizado no Bairro Paulo VI, na regional nordeste de Belo Horizonte”. Autoria: vereadora Bella Gonçalves.

Discutiram o requerimento de comissão os vereadores Cláudio do Mundo Novo e Léo.

Registrou-se a presença remota do vereador Braulio Lara - não integrante desta comissão - e da vereadora Flávia Borja - suplente do vereador Cláudio do Mundo Novo.

Aprovado por unanimidade.

Registre-se que o vereador Bim da Ambulância não votou.

12) Requerimento de Comissão nº 396/21 - realização de audiência pública com a finalidade de “debater o protocolo de retorno às aulas e vacinação dos professores”, no dia 19/5/21, em horário e local a serem definidos posteriormente. Autoria: vereador José Ferreira.

Discutiram o requerimento de comissão os vereadores José Ferreira, Cláudio do Mundo Novo e Léo e o presidente.

Aprovado por unanimidade.

A audiência pública foi definida para o dia 19/5/21, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Registrou-se a presença remota do vereador Professor Juliano Lopes, não integrante desta comissão.

13) Requerimento de Comissão nº 398/21 - apresentação de Indicação ao secretário municipal de Saúde, Jackson Machado Pinto, com a finalidade de “sugerir, em relação à fila de espera para realização de exames nos Centros de Saúde de Belo Horizonte, que sejam distribuídas senhas no dia anterior, ao final do expediente, para que os usuários possam chegar apenas no horário do exame, evitando a fila da madrugada”. Autoria: vereador José Ferreira.

Discutiram o requerimento de comissão o autor, o presidente e os vereadores Léo e Cláudio do Mundo Novo.

Aprovado por unanimidade.

Registre-se que o vereador Bim da Ambulância não votou.

EM PRIMEIRO TURNO: 14) Projeto de Lei nº 66/21 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensacamento de resíduos sólidos nas URPV's”. Autoria: vereador Bruno Miranda.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Léo, pela aprovação.

Registre-se que o vereador Bim da Ambulância não votou.

15) Projeto de Lei nº 68/21 - “Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência à prioridade na vacinação contra a covid-19 no Município”. Autoria: vereador Walter Tosta.

Aprovado por unanimidade o parecer do relator, vereador Dr. Célio Frois, pela aprovação.

Registre-se que o vereador Bim da Ambulância não votou.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão de ofícios em resposta aos requerimentos de comissão nºs 78 e 79/21, do diretor de Acompanhamento Legislativo em exercício, Guilherme de Souza Barcelos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Finalidade: discutir sobre a implantação da política de atenção integral à saúde das pessoas com doenças raras no Município de Belo Horizonte

Requerimento de Comissão nº: 276/21

Autoria: vereador Irlan Melo

Compuseram a mesa remotamente: 1) o advogado e fundador da Associação de Apoio às Pessoas com Doenças Raras - Aadora, Igor Monteiro; 2) a advogada e membra da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ana Amélia.

O presidente parabenizou o vereador Irlan Melo pela iniciativa desta audiência pública e elogiou o trabalho da vereadora Professora Marli pelo direito das pessoas com doenças raras.

Passou a condução dos trabalhos ao vereador Irlan Melo.

Este, com a palavra, informou como seria o processo de realização *online* desta audiência pública, que, segundo ele, seria transmitida ao vivo no portal da Casa e poderia contar com a participação dos interessados. Saudou a vereadora Professora Marli e frisou estar honrado por ser coautor com ela do Projeto de Lei nº 43/21, que cria política de atenção integral à saúde das pessoas com doenças raras.

A vereadora Professora Marli frisou acreditar que a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades. Considerou a causa em questão uma lição de vida. Afirmou estar feliz por poder discutir a implantação de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

uma política de atenção integral à saúde das pessoas com doenças raras em Belo Horizonte por meio do Projeto de Lei nº 43/21. Salientou que a intenção é ampliar e garantir o acesso aos meios diagnósticos e terapêuticos, com vistas à redução da mortalidade e das manifestações secundárias e à melhoria da qualidade de vida dos afetados. Observou que atualmente leva-se meses ou anos para haver o diagnóstico de uma doença rara. Lembrou que a Casa de Maria, em Contagem, presta serviço às famílias de pessoas com doenças raras. Frisou que há casos de pessoas que passam por vários médicos até encontrarem o diagnóstico da doença, que muitas vezes acaba se agravando. Observou que muitas mães são obrigadas a criar seus filhos com tais doenças sozinhas, pois os pais os abandonam. Informou ser avó de uma criança com doença rara, que é muito amada e com quem aprende a ser uma pessoa melhor. Desejou que esta audiência pública sirva para que possam trocar informações, dar mais visibilidade ao tema e pensar em conjunto a melhor maneira de atender a aproximadamente 151.293 pessoas com doenças raras em Belo Horizonte. Convidou o presidente a participar da causa em questão.

O presidente colocou-se à disposição.

O vereador Irlan Melo informou que o relator do Projeto de Lei nº 43/21 seria o vereador Cláudio do Mundo Novo, observando que esta audiência pública poderia fornecer subsídios para a relatoria.

O vereador Cláudio do Mundo Novo frisou estar honrado por ser o relator de tal projeto de lei. Ressaltou que sua luta diária é pela inclusão social.

O vereador Léo parabenizou os autores do Projeto de Lei nº 43/21, em especial a vereadora Professora Marli, que segue o trabalho de seu filho, o deputado



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

federal Marcelo Aro, na luta pelos direitos das pessoas com doenças raras. Colocou-se à disposição para auxiliar na aprovação do referido projeto de lei.

O vereador José Ferreira parabenizou a iniciativa desta audiência pública e disse que se fazia presente para aprender sobre o tema em debate e ajudar no que fosse possível.

O vereador Braulio Lara se mostrou solidário ao movimento, afirmando que quem tem um portador de doença rara na família sabe que a situação passa longe da maioria das pessoas e que é importante a adoção de ações para o atendimento ao munícipe. Criticou a dificuldade e o tempo que se leva para diagnosticar uma pessoa com doença rara, o que pode dificultar o tratamento. Concordou com a criação de uma política integral para tratar das pessoas com doenças raras. Disse que o Projeto de Lei nº 43/21 contará com o apoio de vários parlamentares. Informou ser pai de uma criança que não possui um diagnóstico conclusivo. Criticou a burocracia que o Estado cria para oferecer o devido atendimento a esses pacientes.

A vereadora Flávia Borja disse que gostaria de inteirar-se do assunto e colocou-se à disposição para a causa e para tudo aquilo que for em defesa da criança.

O vereador Irlan Melo relatou a história de sua filha, que há 20 anos nasceu com hidrocefalia e outras enfermidades, passando por seis cirurgias ainda na infância. Atualmente, segundo ele, ela estuda Direito e é uma portadora de doença rara que teve todo o suporte para sobreviver. Frisou que também possui outro filho sem um diagnóstico fechado, mas que tem o devido apoio. Citou o art.196 da Constituição Federal, que garante que a saúde é direito de todos e dever do Estado, mas lamentou não haver uma lei nacional para pessoas com doenças raras, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apenas a Portaria nº 199/14 do Ministério da Saúde, salientando a necessidade de se preencher a lacuna da legislação nos níveis municipal, estadual e federal.

O vereador Braulio Lara, referindo-se a um trabalho realizado pela jornalista Larissa Carvalho, defendeu a ampliação do rol de doenças mapeadas pelo teste do pezinho, o que evitaria que diversas pessoas sofressem no decorrer de sua vida pela falta de um simples exame inicial.

Registrou-se a presença remota do deputado federal Marcelo Aro.

Este, com a palavra, observou que dados da Organização Mundial de Saúde - OMS - indicam a existência de 6 mil a 8 mil doenças raras no mundo. Defendeu a divulgação da causa e a importância do diagnóstico precoce dessas doenças. Afirmou que a ampliação da triagem neonatal pode melhorar a vida de muitas pessoas. Propôs o estímulo à formação de geneticistas, fundamentais para o diagnóstico de doenças raras, e a criação de protocolos clínicos, quase inexistentes no Brasil. Para a interlocução sobre o tema com a Prefeitura de Belo Horizonte, sugeriu a primeira-dama, Ana Laender, que, segundo ele, demonstrou inteligência e sensibilidade em relação ao tema.

Ana Amélia elogiou a iniciativa desta audiência pública. Ressaltou ser preciso dar efetividade aos direitos de pessoas com doença raras, como prevê o Projeto de Lei nº 43/21, e que é dever do poder público fornecer as devidas terapias de reabilitação. Informou que as doenças raras acometem cerca de 15 milhões de pessoas no Brasil e que promover a recuperação de cada ser humano é dever do Estado. Segundo ela, embora exista a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, faltam políticas públicas que combatam as precariedades do sistema e reconheçam os direitos do cidadão, como o acesso a terapias e ações intersetoriais,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

educação, atendimento psicológico e atenção às famílias, promovendo uma vida digna e justiça social. Na falta dessas políticas, segundo ela, a judicialização tem sido um recurso para a garantia de direitos, acionando-se tanto o Estado quanto os planos de saúde.

O presidente prorrogou a reunião por mais uma hora.

Igor Monteiro salientou que há o abandono afetivo paterno em 79% das famílias de pessoas com doenças raras e uma atuação positiva do terceiro setor na área. Citou o livro “Como Mudar o Mundo”, que mostra ser o Brasil o país com o maior número de pessoas envolvidas com o terceiro setor. Cobrou que deve haver respeito às diferenças. Observou que tem havido uma maior tendência dos parlamentares em tratar das questões referentes às doenças raras. Disse que atualmente há mais de 600 projetos de lei no Congresso Nacional nesse sentido. Referiu-se ao centro de referência do Hospital João Paulo II como uma importante conquista para Belo Horizonte e concordou com o deputado federal Marcelo Aro no que diz respeito à inexistência de cadastro das pessoas com doenças raras. Apoiou a criação deste cadastro. Sugeriu a criação de uma ouvidoria para famílias de pessoas com doenças raras e o aumento do Benefício de Prestação Continuada - BPC - para mais que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita*, além da implementação do teste da bochechinha, que detecta mais de 300 doenças a partir do DNA de crianças recém-nascidas.

A vereadora Professora Marli informou que também é a favor do aumento do BPC e que o Projeto de Lei nº 5.043/20, que amplia o teste do pezinho, em tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado na Câmara dos Deputados e vai para o Senado Federal. Frisou que trabalhou 45 anos na Educação e que seu sonho



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

é que as pessoas frequentem todos os tipos de escola e lugares. Defendeu a inclusão dos deficientes e das pessoas com doenças raras em todos os lugares e instâncias da sociedade. Observou que lia o livro “Como Mudar o Mundo”.

O vereador Irlan Melo citou perguntas encaminhadas por participantes remotos, a saber: 1) Jeane Costa de Jesus Vargas: existe algum tipo de apoio às pessoas com doenças raras, já que possui familiares acometidos e não recebeu nenhuma ajuda do Estado ou do Município?

Igor Monteiro informou que a ajuda se daria por meio do BPC. Defendeu a realização do exame de painel genético como meio de prevenir doenças raras.

2) Kelly Souza: como conseguir de forma mais efetiva o tratamento para os portadores de doenças raras, o acesso ao diagnóstico e a terapia adequada?

Ana Amélia respondeu que o sistema judiciário possui diversas ações nesse sentido. Frisou que a luta é para que o Estado forneça o necessário, sem ser preciso processos judiciais, por meio da criação de políticas públicas. Informou que as ações judiciais podem ser contra a União, os Estados, os Municípios e os planos de saúde.

3) Antônio: Belo Horizonte possui o número de casos de pessoas com doenças raras catalogadas?

A vereadora Professora Marli observou ser uma luta do deputado federal Marcelo Aro, na Câmara dos Deputados, o aumento do valor da PBC. Relembrou que são aproximadamente 151.293 pessoas com doenças raras e 584.962 com deficiência, totalizando mais de 15 milhões de pessoas no País, segundo estimativa com base no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A vereadora Flávia Borja perguntou o que, além do BPC, a PBH ou o Estado teria obrigação de fornecer às pessoas com doenças raras ou se seria somente por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

meio de ação judicial. Perguntou também como orientar uma família que possui alguém com doença rara sobre onde procurar assistência.

Igor Monteiro respondeu que o governo federal deve garantir o tratamento amplo, de acordo com todas as necessidades do portador de doença rara. Frisou ter percebido que muitas famílias baixam a guarda porque têm o direito, mas enfrentam negativas das pessoas que as acolhem. Sugeriu a criação de uma ouvidoria para acolher essas pessoas. Observou que muitas não judicializam suas pretensões por temerem o desgaste e não confiarem na efetividade de uma resposta judicial.

O vereador Irlan Melo citou manifestação encaminhada pelo representante da Casa de Maria, Willian Rodrigues de Oliveira, sobre o centro de referência do Hospital João Paulo II, informando ser frequentador do hospital, pois tem um filho com doença rara. Segundo Willian Rodrigues, após o cadastramento do hospital, houve sutis melhorias e a retirada de diversos aparelhos e especialistas médicos, sugerindo que seja exigida a prestação de contas na aplicação dos recursos.

O vereador Irlan Melo disse que proporá a realização de uma visita técnica ao Hospital João Paulo II e sugeriu cobrar a prestação de contas em relação às verbas recebidas para tratamento de pessoas com doenças raras.

A vereadora Professora Marli ressaltou e elogiou a luta de Willian Rodrigues em prol das pessoas com doenças raras.

O vereador Braulio Lara agradeceu o envolvimento de todos com o trabalho em favor das pessoas com doenças raras. Observou que a judicialização de algumas questões é ruim para o cidadão, devendo haver políticas públicas efetivas para as pessoas com doenças raras.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Cláudio do Mundo Novo frisou que esta foi uma audiência muito instrutiva e que podem contar com ele para a aprovação do Projeto de Lei nº 43/21.

O vereador José Ferreira agradeceu a oportunidade de participar dessa audiência e aprender sobre as doenças raras.

A vereadora Flávia Borja disse que aprendeu muito com esta audiência e colocou-se à disposição pela luta em prol das pessoas com doenças raras.

Ana Amélia parabenizou a todos que estão colocando o tema das doenças raras em foco. Ressaltou que o Projeto de Lei nº 43/21 possui um valor imensurável.

Igor Monteiro disse que precisam transformar essa sinergia em ação.

O vereador Irlan Melo externou sua alegria por dividir com a vereadora Professora Marli a autoria do Projeto de Lei nº 43/21.

A vereadora Professora Marli disse ter visto nesta audiência pública a vontade de todos em ajudar as pessoas com doenças raras, em especial as crianças. Defendeu o mapeamento das pessoas com doenças raras e a inclusão delas em todos os espaços da sociedade. Observou que se precisarem de uma alfabetizadora para alguém com qualquer idade poderiam contar com ela.

O vereador Irlan Melo fez relato sobre o projeto Porta a Porta, que conheceu ao visitar Florianópolis, em 2019, por meio do qual o presidente de uma associação, que é cadeirante, em convênio com a Prefeitura, leva pessoas com problemas de locomoção a diversos espaços de entretenimento, como teatro, praia e cinema. Afirmou que todos têm o direito de viver como qualquer outra pessoa.

A vereadora Flávia Borja salientou que, ao visitar sua filha no exterior, notou que há muitos deficientes, pois eles estão em todos os lugares, ao contrário do

